



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188.  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

## PROCESSO LICITATÓRIO N° 55/2025

### PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025

#### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – ASSISCOP

**OBJETO:** Aquisição de Equipamento de Radiologia Convencional Digital (Raio X), visando atender ao Plano de Trabalho apresentando junto ao Estado do Paraná – Portaria GM/MS nº 2.418 de 18 de dezembro de 2023, e, proposta nº 08597121000123016, do Convênio nº 302/2024, SIT 68837, firmado entre a SESA e a ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOP.

**DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 24/03/2025 – 09:00 horas.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 162.200,00 (CENTO E SESSENTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

**LOCAL DE ACESSO:** <https://portal.licitanet.com.br>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2025

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

#### Lei Federal nº 14.133/2021

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RADIOLOGIA CONVENCIONAL DIGITAL (RAIO X), A SER INSTALADO JUNTO AO CONSÓRCIO DE SAÚDE ASSISCOP, COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria GM/MS nº 2.418 de 18 de dezembro de 2023, e, proposta nº 08597121000123016), do Convênio nº 302/2024, SIT 68837, firmado entre a SESA e a ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOP.**

Torna-se público que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - ASSISCOP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 02.322.413/0001-18, situado na Rua Diogo Pinto, nº 1320, Centro, Laranjeiras do Sul/PR, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, devidamente autorizado por seu Presidente Sr. Elio Bolzon Junior, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos, pela Lei nº 14.133/2021 e Leis Complementares nºs 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Resoluções ASSISCOP 04/2023, 01/2025 e 02/2025.

O Fornecedor será selecionado com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)**.

Os trabalhos serão conduzidos por pregoeira, designada conforme Resolução do Consórcio ASSISCOP. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos endereços eletrônicos: <https://portal.licitanet.com.br> e <https://assiscop.pr.gov.br/> no link licitações.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Licitação tem por objeto a seleção de propostas visando à contratação de empresa(s) especializada(s) objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RADIOLOGIA CONVENCIONAL DIGITAL (RAIO X), A SER INSTALADO JUNTO AO CONSÓRCIO ASSISCOP, COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Convênio nº 302/2024, SIT 68837.

1.2. Os materiais e serviços deverão ser entregues pelo preço cotado no presente processo licitatório, devidamente instalados, sem qualquer reajuste, e livre de quaisquer outras despesas.

1.3. Além da entrega do material no local, deverá a licitante vencedor, comprometer-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a terceiros.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

#### 1.4 DEVE INCLUIR PROCESSO DE TREINAMENTO EM LOCO PARA OS PROFISSIONAIS QUE IRÃO OPERAR O EQUIPAMENTO;

1.5. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega dos materiais e serviços ou em desacordo com o solicitado, serão aplicadas as sanções e penalidades constantes neste Edital.

1.6. O objeto deste certame será executado com a alocação de recursos estaduais.

1.7. Não será admitida a subcontratação de empresa para o objeto ora contratado.

Item	Qty	Produto/Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	1	APARELHO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PANORÂMICO EQUIPAMENTO EMISSOR DE RAIOS-X, PARA FINS DE DIAGNÓSTICO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, QUE REALIZA MOVIMENTO PANORÂMICO AO REDOR DA CABEÇA, PARA GERAR IMAGENS RADIOGRÁFICAS DA ARCADEA DENTÁRIA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIGITAL, PREPARADO PARA O PACIENTE POSICIONADO TANTO EM PÉ COMO TAMBÉM SENTADO. O APARELHO DEVE SER COMPOSTO DE COLUNA FIXADA NO PISO (TORRE). DEVE REALIZAR NO MÍNIMO OS SEGUINTE EXAMES: PANORÂMICA INFANTIL, ADULTO; PLANIGRAFIA DAS ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULAR (ATMS); PLANIGRAFIA FRONTAL DOS SEIOS MAXILARES. AMPLIAÇÃO DA IMAGEM EM PROPORÇÃO CONSTANTE. SELEÇÃO AUTOMÁTICA OU MANUAL KVP. FUNÇÕES MÍNIMAS: AJUSTE DE BRILHO, CONTRASTE E GAMMA; FILTROS "SHARPEN" E TECIDOS MOLES; APROXIMAÇÃO, AUMENTO E SELEÇÃO DE REGIÕES DA RADIOGRAFIA. O SOFTWARE DEVE PERMITIR INTEGRAÇÃO COM VÁRIAS TECNOLOGIAS E GERENCIADORES. GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA DE NO MÍNIMO 100 KHZ; VARIAÇÃO MAIOR OU IGUAL 57 À MENOR OU IGUAL 90 KVP; VARIAÇÃO MAIOR OU IGUAL 2 A MENOR OU IGUAL 16 MA. PONTO FOCAL DE NO MÁXIMO 0,5 MM X 0,5MM. PERMITE ATUALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA APLICAÇÃO 3D (UPGRADEABLE). FUNÇÃO "DEMONSTRAÇÃO", QUE PERMITE DEMONSTRAR AO PACIENTE OS MOVIMENTOS DO EQUIPAMENTO SEM EMISSÃO DE RAIOS-X. DEVEM REALIZAR TÉCNICAS CEFALOMÉTRICAS. POSICIONAMENTO DO PACIENTE (EM MÓDULO PANORÂMICO) ATRAVÉS DE PLANO FRANKFURT, LINHA SAGITAL MEDIANA E LINHA DO CANINO, ESTABILIZADO POR BLOCO DE MORDIDA PARA PACIENTES DENTADOS E APOIO DO MENTO PARA PACIENTES EDÊNTULOS. AJUSTE DO PLANO DE CORTE BASEADO NA LINHA DO CANINO (MÓVEL) PARA GERAÇÃO DA CURVA PERSONALIZADA AO BIOTIPO DO PACIENTE PARA TOMADAS PANORÂMICAS; CABEÇOTE BLINDADO COM CERTIFICADO DE CONTROLE RADIAÇÃO DE FUGA, TENSÃO NOMINAL 110/220V AUTOMÁTICA (BIVOLT), POTÊNCIA ENTRE 4 A 8 MA (MÍN.), FREQUÊNCIA DE GERAÇÃO DE ALTA TENSÃO 100 KHZ, 50/60HZ, TENSÃO DO TUBO ENTRE 60 À 85 KVP (MÍN.), COM CHASSIS (SENSOR/CAPTADOR) RADIOGRÁFICO TOTALMENTE DIGITAL, DIMENSÕES DA SALA: LARGURA: 2,00 M; COMPRIMENTO: 1,90 M (SEM BRAÇO CEFALOMÉTRICO) E 2,50 M (COM BRAÇO CEFALOMÉTRICO); PÉ DIRETO: 2,50 M; ALIMENTAÇÃO: 110/127/220 OU 240V, SOFTWARE 2D, BANCO DE DADOS. REGISTRO NA ANVISA, CERTIFICADO DO INMETRO E	R\$ 162.200,00	R\$ 162.200,00



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

	<p>CONTROLE DE RADIAÇÃO DE FUGA EM CONFORMIDADE COM LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. <b>DEVE INCLUIR PROCESSO DE TREINAMENTO EM LOCO PARA OS PROFISSIONAIS QUE IRÃO OPERAR O EQUIPAMENTO; DEVE INCLUIR MONTAGEM E INSTALAÇÃO; DEVE INCLUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 ANO; EQUIPAMENTO COMPATÍVEL COM UPGRADE PARA TOMOGRAFIA 3D CONE-BEAM. Computador com Monitor Full HD LED de no mínimo 24" (resolução 1920x1080), Processador Intel Core I7 de 10ª Geração com cache de 12MB 4GHz ou superior, SSD de 1TB, Memória RAM de no mínimo 16GB (DDR4), Placa de Vídeo Nvidia Geforce RTX 3060 6GB, Fonte 500W RMS, Placa Mãe com no mínimo 04 portas UBS 3.0 e Slot PCI EXPRESS (PCIe), Placa de Rede Dedicada Dual Port Gigabit Ethernet (1000Mb/s), a placa de rede deve ser Off Board, Mouse e Teclado com fio. <b>Com sistema operacional instalado compatível.</b></b></p> <p><b>ESTABILIZADOR ISOLADOR MÉDICO/ODONTOLÓGICO, POTÊNCIA 3.000VA (3KVA), TENSÃO 220V, 3 TOMADAS</b></p>		
--	---	--	--

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.6. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Provedor do Sistema, através do site <https://licitanet.com.br/>

2.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.10. A empresa de pequeno porte ou microempresa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através de Certidão expedida pela Junta Comercial ou mediante apresentação de declaração do responsável legal, assinada conjuntamente pelo contador responsável da empresa, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com a legislação vigente e modelo disponível junto a este edital (**Anexo II**), que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

2.10.1. A Certidão, ou a Declaração, mencionada no item anterior deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da empresa.

2.10.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

2.11. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

- 2.12. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 2.13. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 2.14. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.14.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.14.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.14.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.14.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.14.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.14.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.14.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.14.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.14.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.14.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14.11. O impedimento de que trata o item 3.9.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.14.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2. e 3.9.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14.14. O disposto nos itens 3.9.2. e 3.9.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

2.14.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar.

2.14.16. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14.17. A vedação de que trata o item 3.9.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14.18. Empresas que se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

2.14.19. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desta licitação desde que comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

### **3. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

3.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>

O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.1. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Estação, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.1. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

### **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios, formulário eletrônico, via internet no endereço indicado no item 1.1. e pelo endereço de e-mail [assiscoplicitacao@gmail.com](mailto:assiscoplicitacao@gmail.com)

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 10 do Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. As empresas de pequeno porte e microempresas que atenderem ao disposto no item 3.3. deste Edital, deverão, na tela de envio de proposta selecionar a opção “Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006”.

5.5.1. A não declaração da empresa na forma estabelecida no item anterior, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o(a) pregoeiro(a) dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame.

5.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

5.5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados pelo sistema para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta, via sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos campos: valor unitário e global do lote/item; descrição detalhada do objeto contendo as informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

6.2. Os lances serão ofertados pelo VALOR UNITÁRIO POR ITEM.

6.3. Os preços ofertados devem ser cotados em moeda corrente nacional, contendo até duas casas decimais.

6.4. Nos preços cotados devem estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

6.5. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte do licitante.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

7.10. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme especificado no edital.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública no modo de disputa Aberto terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.11.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.12. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do menor preço, mediante justificativa.

7.13. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.17.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

7.22. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5. deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Em se tratando de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua consolidação ou posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial; no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; no caso de sociedades civis, inscrição no ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) O licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP) deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

- Documento legal que comprove o efetivo enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devidamente registrado pelo órgão competente;
- Declaração assinada pela representante legal do licitante, que não está incuso em nenhuma das vedações do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que observa e atende aos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal quanto aos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União, inclusive em relação às contribuições previdenciárias, apresentando a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor (Lei Federal 12.440/2011).

### **9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade não superior a 60 (sessenta) dias da expedição, se não houver validade especificada na Certidão.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa.
  - b.1) A empresa participante deverá possuir Patrimônio Líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação à data da apresentação das propostas, conforme art. 69 § 4º da Lei 14.133/2021.
  - b.2) É vedada a substituição do balanço patrimonial por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
  - b.3) Toda licitante deverá apresentar documento constando os indicadores iguais ou superiores aos abaixo descritos dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, de acordo com o balanço apresentado, os quais serão utilizados para verificação da situação financeira das empresas.
  - b.4) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos para verificação da situação financeira das empresas:

AC

LIQUIDEZ CORRENTE:----- = índice mínimo: 1,00

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL:----- = índice mínimo: 0,50

PC + PELP



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: 0,45

AT

Onde:

AC = Ativo Circulante;

AD = Ativo Disponível;

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo;

AP = Ativo Permanente;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo;

PL = Patrimônio Líquido.

b.4.1) Toda licitante deverá apresentar os índices exigidos, já calculados, com base nas fórmulas apresentadas.

– Só serão habilitadas as empresas cujos índices atenderem aos critérios mínimos acima estabelecidos;

– Os balanços deverão ser acompanhados, além dos Índices, dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário – estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nas quais se acha transcrito, devendo tanto o balanço quanto os termos serem assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante da empresa;

– Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada será exigida a apresentação das seguintes páginas do Livro Diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos valores apresentados e calculados pelos licitantes:

- Folha de abertura;

- Folha que contenha os dados necessários à conferência pretendida;

- Folha de encerramento.

## **9.5. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (DECLARAÇÕES)**

a) Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, conseqüentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

b) Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

- não está impedido de licitar e contratar com o Município de Mariano Moro - RS;

- que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

## **9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto da licitação, mediante atestado fornecido por órgão público ou privado, com identificação de quem assina o atestado;



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

b) Apresentar Registro na ANVISA.

**Para empresas em Recuperação Judicial:**

a) Certidão de aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

9.7. No caso de certidões sem data de validade expressa, será considerado o prazo de 03 (três) meses a contar da data e emissão.

9.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte que atender ao item 3.3 deste Edital, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 10.1 alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “h”, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão do Pregão.

9.8.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.7.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.15.1. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, ajustada proporcionalmente ao preço final proposto, deverá ser encaminhada via sistema eletrônico, no prazo de duas horas a contar da solicitação do(a) pregoeiro(a), devendo conter:

- a) **PREÇO UNITÁRIO E PREÇO TOTAL DOS ITENS**, conforme especificado no Anexo I – Termo de Referência;
- b) **MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE e MODELO**, no item que couber;
- c) **VALIDADE DA PROPOSTA**, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- d) **LOCAL, DATA E ASSINATURA**;
- e) Informar objetivamente o nome do responsável pela assinatura do contrato.

10.2. Em caso de omissão do prazo de validade da proposta, será implicitamente considerado o prazo acima estabelecido.

10.2.1. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

10.3. Poderão ser admitidos, pelo(a) pregoeiro(a), erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

10.4. O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta. O prazo será definido pelo(a) pregoeiro(a) e registrado no sistema.

## **11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.2.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>e <https://www.assiscop.pr.gov.br/Licitacoes>

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) pregoeiro(a) sempre que não houver recurso.

12.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71 § 2º da Lei Federal 14.133/21.

12.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a).

## **13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

a) entregar os objetos licitados conforme especificações deste Edital, e seus anexos em consonância com a proposta de preços;

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Contratante;

d) arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

f) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada.

## **14. DA ENTREGA**

14.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação dos Gestores, após a emissão do empenho e com observância aos descritivos, certificações e garantias exigidos nos ANEXOS deste Edital. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Secretaria solicitante.

14.2. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem oficial do fabricante, contendo a identificação da marca e a garantia/validade, respeitando todas as especificações contidas no presente Edital e ser devidamente instalados junto ao local indicado pelo Município.

14.2.1. Para cada empenho deverá ser emitida uma ou mais notas conforme os itens entregues. Nas Notas Fiscais devem constar a descrição breve do produto conforme empenho, valor unitário, valor total do item e valor total da Nota Fiscal.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

14.2.2. Deverá constar em cada Nota Fiscal a quantidade de volumes (caixas ou sacolas) que serão entregues.

14.3. O licitante deverá atentar para a qualidade dos produtos a serem entregues, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado, e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

## **15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. O objeto, se estiver de acordo com o Edital e a proposta, será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

15.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.4. O produto recusado será considerado como não entregue.

15.5. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da Empresa vencedora.

15.6. A Empresa vencedora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para retirada dos produtos recusados, após notificação do Gestor da Compra.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data de entrega e aceitação dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal.

16.2. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.3. Haverá retenção previdenciária nos termos, com repasse dos percentuais ao INSS, assim como, será retido o Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação vigente.

16.3.1. A retenção NÃO será efetuada para as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, que nesta modalidade de tributação não sofrem a incidência na fonte do Imposto de Renda, bem como das empresas imunes ao pagamento de impostos.

16.3.2. Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, deverá informar através de Declaração firmada por Contador ou Técnico Contábil, ou ainda, na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhida.

## **17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE**

17.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento da contratada, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documentada.

17.2. Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

17.3. No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico- financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou o índice mais favorável a Administração Pública.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei Federal nº 14.133/21.

18.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº14.133, de 2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do mesmo artigo.

18.2. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

18.2.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;

18.2.2. Inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração;

18.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.

b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

18.4. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.4.1. A sanção prevista no item 18.4. impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Estação, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.5.1. A aplicação da sanção prevista no item 18.5. será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 anos.

18.6. A multa será calculada na forma prevista no edital, na ata de registro de preços ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, observando-se os seguintes parâmetros:



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

18.6.1. de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.6.2. de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação, quando não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.6.3. de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

18.6.4. de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

18.6.5. de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

18.6.6. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

18.6.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital, na ata de registro de preços ou em contrato.

18.6.9. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.7. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

18.7.1. Não se aplica a regra prevista na cláusula 18.7. se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

18.7.2. O disposto na cláusula 18.7. não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

18.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **19. CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Homologada a licitação, a Pregoeira - ASSISCOP convocará no prazo de até 05 (cinco) dias o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para a assinatura do contrato/ata, sob pena de decair no direito à



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

Contratação.

19.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, em observância ao estabelecido no artigo 90 § 2º da Lei Federal 14.133/21.

19.3. O licitante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seu(s) anexo(s).

19.4. O licitante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

19.5. O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

19.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, decorrido o prazo de 30(trinta) dias, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

19.7. O licitante deverá preencher a declaração do Anexo IV do Edital, indicando o e-mail principal do responsável que manterá contato com o fiscal do contrato.

19.8. O e-mail indicado será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **20. RESCISÃO**

A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 138 a 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta de dotação orçamentária:

003.10.301.0003.2003 4.4.90.52.00.00

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos <https://licitanet.com.br/> e <https://www.assiscop.pr.gov.br/Licitacoes>.

22.11. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos ao procedimento licitatório serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) Oficial(a) e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município de Mariano Moro - RS, através dos telefones (54) 3524.1220 ou através do e-mail: [assiscoplicitacao@gmail.com](mailto:assiscoplicitacao@gmail.com)

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta do Contrato Administrativo

Anexo II – Modelos de Declarações

Anexo III – Termo de Referência (PLANO DE TRABALHO)

Laranjeiras do Sul, 12 de março de 2025.

**ELIO BOLZON JUNIOR**  
**PRESIDENTE DA ASSISCOP**



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

**CNPJ N.º 02.322.413/0001-18**

**RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635-1188. LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.**

ANEXO I

## MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ...../2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 55/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2025**

A **ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP**, inscrita no CNPJ n.º 02.322.413/0001-18, com endereço à Rua Diogo Pinto, n.º 1320, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-290, neste ato representada pelo Presidente Sr. **ELIO BOLZON JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 9.888.242-1/PR e inscrito no CPF/MF n.º 061.537.579-01, denominado como **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa **XX**, com sede em **XX**, CEP **XX**, inscrita no CNPJ/MF n.º **XX**, daqui por diante denominada apenas de **CONTRATADA**, representada neste ato por **XX**, portador do R.G. n.º **XX XXX/XX** e CNPF/MF n.º **XX**, que entre si ajustam um contrato de fornecimento de em conformidade com a licitação, modalidade Pregão Eletrônico n.º 002/2025 têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Contrato Administrativo tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RADIOLOGIA CONVENCIONAL DIGITAL (RAIO X)**, A SER INSTALADO JUNTO AO CONSÓRCIO DE SAÚDE ASSISCOP, COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (**Portaria GM/MS n.º 2.418 de 18 de dezembro de 2023, e, proposta n.º 08597121000123016**), pelo **Convênio n.º 302/2024, SIT 68837, firmado entre a SESA e a ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOP**

1.2. Os materiais e serviços deverão ser entregues pelo preço cotado no processo licitatório, devidamente instalados, sem qualquer reajuste, e livre de quaisquer outras despesas.

1.3. Além da entrega do material no local, deverá a contratada, comprometer-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a terceiros.

1.4. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega dos materiais e serviços ou em desacordo com o solicitado, serão aplicadas as sanções e penalidades constantes neste Edital.

1.5. O objeto deste certame será executado com a alocação de recursos estaduais e eventualmente próprios.

1.6. Não será admitida a subcontratação de empresa para o objeto ora contratado.

2. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto contratual atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do contratante, observando o estabelecido no Edital.

3. O Contratante exercerá a fiscalização da entrega do objeto através do Diretor Técnico em Saúde do Consórcio ASSISCOP, Eloir André Mattjie.

4. Assume a Contratada inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no Edital.

5. A entrega do objeto contratado deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, podendo este prazo ser prorrogado mediante solicitação justificada.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188

LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

---

6. Qualquer alteração no prazo supra referido dependerá da prévia aprovação, por escrito, do Contratante.
7. A Contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na execução da entrega do objeto, que possam comprometer a sua qualidade.
8. A Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ .....
9. O pagamento será efetuado após a instalação do equipamento, após a manifestação de conformidade definitiva a ser expedida pelo Diretor Técnico de Enfermagem - ASSISCOP.
10. O objeto contratual deste certame será executado também com Recursos do Governo do Estado do Paraná.
11. No valor contratado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais, materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, carga, descarga, leis sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, demais serviços que possam acarretar ônus ao Município, especificados ou não no presente contrato.
14. À CONTRATANTE incumbe o pagamento do valor ajustado na forma e nos prazos convencionados, e à CONTRATADA a entrega do objeto do contrato nas condições avençadas.
15. Haverá, se for o caso, retenção do INSS, com repasse dos percentuais ao INSS e entrega das respectivas guias à Contratada.
16. Haverá, se for o caso, retenção do ISSQN, conforme dispõe a Legislação Municipal e entrega das respectivas guias à Contratada.
17. Em caso de obra, a última parcela do pagamento estará condicionada a apresentação da CND da obra, a liberação/devolução da garantia contratual fica condicionada a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos – CND da obra.
18. Haverá retenção de IRRF conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.
19. O descumprimento das condições ajustadas e/ou previstas na proposta, ou dos prazos estabelecidos, sujeitará a contratada às sanções e pagamento das multas estabelecidas no instrumento convocatório.
20. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.  
A extinção do contrato poderá ser:
  - I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
21. O inadimplemento de qualquer das condições ora avençadas, pela contratante, ensejará a rescisão com todos os ônus daí decorrentes, tanto contratuais como previstos em Lei.
22. O Contratante, na forma do estatuída na Lei de Licitações, poderá rescindir, unilateralmente o contrato, nas hipóteses especificadas naquele instrumento legal, sem que assista a Contratada indenização de qualquer espécie, excetuada as hipóteses previstas legalmente.
23. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conforme com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas na Lei nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores, bem como, com todas aquelas contidas no Edital de Licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.
24. As despesas provenientes do objeto deste contrato serão subsidiadas com a seguinte dotação orçamentária: 003.10.301.0003.2003 4.4.90.52.00.00
25. A Contratada, em caso de obra, obriga-se a fornecer à Contratante a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da obra e a realizar a matrícula da obra junto ao INSS (na Construção do Centro Administrativo).
26. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado.
27. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas



# ASSISCOPE

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188

LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

---

serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos de Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Pública.

28. A Lei nº 14.133/2022 regerá as hipóteses não previstas neste contrato.

29. Os materiais constantes no presente contrato serão recebidos conforme descrito acima, mediante termo circunstanciado firmado entre as partes.

30. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado por ambas as partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação da Contratada à Contratante do término das obras.

31. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento provisório, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações referentes a defeitos construtivos ou falhas de execução.

32. Fica eleito o Foro da Comarca de Erechim, RS, para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e uma só finalidade, tudo após ter sido o contrato lido e conferido, estando de acordo com o estipulado.

Laranjeiras do Sul, PR, ..... de ... de 2025.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188

LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

## Anexo II - DECLARAÇÕES – SUGESTÃO DE MODELOS

(Nome da empresa/ pessoa física) ....., CNPJ/ CPF n.º ....., sediada.....(endereço completo), na qualidade de licitante do presente processo licitatório, EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° XXX/2025 que:

1- Declara, sob as penas da lei, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da habilitação e pela veracidade dos fatos.

2- Declara, sob as penas da lei, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021.

3- Declara, sob as penas da lei, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4- Declara, sob as penas da lei, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5- Declara, para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

6- Declara, sob as penas da lei, que pretende utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte. (Se ME/EPP)

7- Declara para os fins de direito, sob as penas da lei, que cumpre com a legislação do MINISTÉRIO DE TRABALHO de que está em dia com os seguintes documentos: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos e com o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

8- Declara, sob as penas da lei, que não possui vínculo empregatício com órgão ou entidade pública da administração direta e indireta e que não possui em seu quadro societário servidor da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista.

9- Declara, sob as penas da lei, que possui o pessoal técnico indicado (relacionar o pessoal), as instalações e o aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

---

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188

LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

---

Referente: Aquisição de Equipamento de Radiologia Convencional Digital

## TERMO DE REFERÊNCIA

### EQUIPAMENTO DE RADIOLOGIA PANORÂMICO DIGITAL

**DO EQUIPAMENTO DE RAIOS X:** Equipamento com gerador de no mínimo 50KW, trifásico, microprocessado de alta frequência; O gerador de raios-x deve ser embutido embaixo da mesa de exames para oferecer maior espaço em sala; Ajuste de tensão de 40 a 150 kV; tempo de exposição mínimo de 0,004s; Ajuste de mAs de 0,5 à 500 mAs ou superior; Dispositivo de proteção contra sobrecarga e compensação automática de rede; Circuitos de segurança para sobrecarga de aquecimento do tubo, rotação do anodo do tubo, falha de filamento do tubo e sobrecarga de corrente do tubo; Painel de ajustes e visualização de código de erros, níveis de kV, mA e/ou mAs com programador anatômico de técnicas radiográficas; Seleção automática do maior valor de corrente para a tensão selecionada, quando determinado o valor de mAs a ser utilizado para obtenção de melhor resolução temporal, com valores mínimos de 50 à 600mA; Estativa portatubo com freios eletromagnéticos para os movimentos na horizontal, vertical e de angulação, com acionamento frontal por botoeiras sem necessidade de fixação ao teto ou parede; Mesa com tampo flutuante nos quatro sentidos com freios eletromagnéticos acionados por pedal; Largura do tampo de no mínimo 80cm; Comprimento do tampo de no mínimo 210cm; Deslocamento transversal do tampo de no mínimo +/- 12cm (24cm); Deslocamento longitudinal do tampo de no mínimo +/- 40cm (80cm); Grade antidifusora estacionária com razão mínima de 10:1, com no mínimo 120 linhas/polegada e ponto focal de 100cm compatível com o detector de radiologia digital; Peso do paciente mínimo suportado pela mesa de 200kg; Rotação do suporte do tubo de raios-x em 180° de forma que permita realizar exames em maca ao lado da mesa de exames; Movimento do suporte do tubo de raios-x no eixo horizontal de  $\pm 110^\circ$ ; Deslocamento longitudinal da estativa de no mínimo 180 cm; Bucky Mural com grade antidifusora estacionária com razão mínima de 10:1 no mínimo 120 linhas/polegada com foco variável de 100 a 180 cm compatível com detector de radiologia digital; Deslocamento vertical mínimo de 130cm; Tubo de raios-x com proteção contra superaquecimento; Potências focais mínimas de 20/50 KW, com capacidade térmica do anodo de pelo menos 150KHU; Capacidade térmica de pelo menos 150 KHU para o anodo e mínima de 1.200 KHU para a carga do tubo; Foco fino de no máximo 0,6 mm e grosso de no máximo 1,2 mm; Anodo giratório com rotação mínima de 3.200 RPM; Colimador luminoso com lâminas planas ajustável a área de interesse, Com circuito temporizador para desligamento automático da lâmpada e marcação reticulada para focalização e centralização do feixe central com a área a ser radiografada; Par de cabos de alta tensão conforme a Norma Brasileira; Alimentação elétrica trifásica 380V – 50/60Hz;



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18

RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188

LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

---

**DO SISTEMA DETECTOR DIGITAL:** Sistema digitalizador direto de imagens para radiologia geral (sistema DR); Deve possuir conexão entre o detector digital e o console de aquisição realizada sem fio. O sistema deverá ser composto de Detector Flat Panel (FPD – Flat Panel Detector); console de aquisição, visualização e manipulação de imagens bem como todos os cabos e conectores necessários para o funcionamento do sistema. Deve possuir sistema de captura de imagem com um detector plano com dimensões de campo ativo de no mínimo de 35x43cm. Detector obrigatoriamente sem fio (móvel) de material cintilador de Iodeto de Césio, que possibilite exames na mesa e no bucky mural ou fora da mesa, em maca e cadeira de rodas. Tamanho de pixel de no máximo 175 micrômetros e matriz do detector maior ou igual a 1990 x 2430. Carregador da fonte de energia, com pelo menos 3 baterias, capacitor ou similar, para o detector por sistema, com capacidade mínima de 4 horas de exame e/ou 180 imagens por carga; Peso máximo do detector de 3,2 kg com capacidade de suportar no mínimo 150 kg distribuídos sobre a superfície do detector. O equipamento deve possibilitar a revisão, manipulação, impressão e transmissão das imagens digitais para sistemas PACS através de sua estação de trabalho, sendo que esta deve possuir as seguintes especificações mínimas: CPU de alto desempenho com um ou dois monitores de alta resolução de no mínimo 23” polegadas; Exibição das imagens em até 4 segundos após a exposição (pré-visualização); capacidade de armazenamento mínima de 10.000 imagens radiográficas DICOM 3.0 ou superior; Inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo DICOM Worklist; Permitir a gravação de imagens em CD/DVD e Pen Drive; Ferramentas de processamento das imagens adquiridas com seguintes recursos: Ajuste de latitude, contraste e brilho independentemente; Recorte da imagem; Inserção de textos fixos e editados pelo usuário; Ampliação, rotação e inversão da imagem; Pacote de conectividade DICOM 3.0: Storage; Print; Modality Worklist. Deve acompanhar estabilizador de rede com Nobreak compatível com o sistema digitalizador direto.

**ACESSÓRIOS:** Deve acompanhar quadro de força elétrica compatível com o sistema de radiologia panorâmica digital e dois conjuntos de vestimentas de proteção radiológica (avental plumbífero e protetor de tireóide) com no mínimo equivalência de 0,35 mm de chumbo.

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Equipamentos e acessórios obrigatoriamente novos, sem uso, com data de fabricação inferior a 1 ano. Garantia total contra defeitos de fabricação, abrangendo peças, mão-de-obra, deslocamento, instalação, por período não inferior a 12 meses, a contar da data de instalação do equipamento; Transporte e Instalação sob responsabilidade do fornecedor; Treinamento de operação no local de todos os técnicos em pelo menos dois turnos (4 horas); Registro no Ministério da Saúde/ Anvisa; Fornecimento de manuais de operação em português; Deverá possuir assistência técnica no estado do Paraná; Na proposta, deverão ser apresentados catálogos referentes ao modelo ofertado, contendo inclusive dados dimensionais e de acabamento. Todos os itens acima relacionados devem ser comprovados através de catálogos ou folhas de dados oficiais do fabricante. Os itens não comprovados serão considerados como não atendidos. Incluir na proposta o prazo de entrega.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



## PLANO DE TRABALHO (Capítulo V - Decreto nº 10086/2022)

CONVÊNIO ORIGINAL  
 TERMO ADITIVO

### ANEXO I – DADOS CADASTRAIS

#### I- IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE

01- CNPJ 02.322.413/0001-18	02- NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE (CONFORME CNPJ) ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOP	03- EXERCÍCIO 2024	
04- ENDEREÇO COMPLETO RUA DIOGO PINTO	05- Nº 1320	06- REGIONAL DE SAÚDE 05ª	
07- BAIRRO CENTRO	08- MUNICÍPIO LARANJEIRAS DO SUL	09- CEP 85.301-290	10- UF PR
11- DDD 42	12- TELEFONE 3635-1188 3635-3681	13- CELULAR CORPORATIVO 42 99997-4508	14- E-MAIL assiscope@hotmail.com
15- NOME DO COORDENADOR DO CONVÊNIO: CARLA PRESTES DE OLIVEIRA BONFIM	16- TELEFONE (COMERCIAL CELULAR) 42 3635 3681 42 99997-4508	17- E-MAIL executivaassiscope@gmail.com	
18- CONTA BANCÁRIA <b>EXCLUSIVA</b> PARA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CONVÊNIO BANCO (Código/Nome): 001/BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0734-X Nº DA CONTA BANCÁRIA: 60.366-X			

#### II- IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

01- NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE NEIMAR GRANOSKI	02- CPF Nº 777.826.319-04			
03- CARGO OU FUNÇÃO PRESIDENTE	04- DATA POSSE 28/03/2024	05- RG Nº 4.652.889-9	06- EXPEDIÇÃO/DATA 26/06/1986	07- ÓRGÃO/EXPEDIDOR SSP/PR
08- ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO R Araucária, 272 - Qd 56 Lt11 – Centro - VIRMOND, PARANÁ, CEP 85.390-000				

#### III – OUTROS PARTICÍPES

01- NOME MIRIAM BRUSTOLIN	02- CNPJ/CPF 066.114.049-02	03- CEP 85.303-495	04- UF PR
05- ENDEREÇO Rodovia BR-277, km453, Vila Industrial, Laranjeiras do Sul-PR	06- TELEFONE 42 3635-1188	14- E-MAIL assiscope@hotmail.com	

### ANEXO II- DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

**Descrição** completa do objeto do convênio a ser formalizado e seus elementos característicos (Item I – Art. 681)  
Objetivo: O objetivo desta justificativa é apresentar a necessidade e os benefícios da adesão ao incentivo financeiro federal, conforme estabelecido pelas Portarias GM/MS nº 2.418 de 18 de dezembro de 2023, e proposta nº 08597121000123016 para aquisição de Raio-x panorâmico para o Centro de Especialidade Odontológica (CEO) foi aprovada através da Portaria de nº 2.418 de 18 de dezembro de 2023, visando apoiar os gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal na ampliação dos



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



serviços ofertados pelo Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), permitindo a realização de tomada radiográfica de ortopantomografia, também conhecida como radiografia panorâmica. Contextualização: A aquisição do RX PANORÂMICO contribuirá significativamente a precisão do diagnóstico e no planejamento de tratamentos odontológicos, com assertividade de diagnóstico oferecendo uma visão ampla da cavidade oral, mandíbula, maxila e estruturas adjacentes, permitindo uma visão completa das arcadas dentárias, auxiliando na identificação de lesões, fraturas, cistos e tumores na mandíbula e maxila, ajudará a detectar problemas como dentes inclusos, malformações e anormalidades nas articulações e facilitará o planejamento de procedimentos como extrações, implantes e ortodontia. A combinação da radiografia panorâmica com os serviços de atenção básica potencializa a capacidade de diagnóstico e tratamento, contribuindo para a melhoria da saúde bucal da comunidade, reduzindo a necessidade de encaminhamentos para exames em outras unidades e, conseqüentemente, otimizando o tempo de atendimento e os recursos disponíveis.

#### **Benefícios da Adesão:**

1. Diagnóstico Preciso e Abrangente O RX PANORÂMICO fornece uma visão completa das estruturas dentárias e ósseas, permitindo a visualização de toda a arcada dentária e das estruturas adjacentes em uma única imagem. Isso facilita o diagnóstico preciso de condições como cáries, doenças periodontais, anomalias dentárias, fraturas ósseas e outros problemas que podem não ser visíveis em radiografias convencionais. A radiografia panorâmica é uma ferramenta valiosa no diagnóstico odontológico, oferecendo uma visão ampla da cavidade oral, mandíbula, maxila e estruturas adjacentes.
2. Planejamento Eficiente de Tratamentos Com imagens panorâmicas detalhadas, os dentistas podem planejar procedimentos com maior precisão, desde a colocação de implantes dentários até a avaliação de lesões e a realização de tratamentos ortodônticos. O planejamento aprimorado contribui para a eficiência e a eficácia dos tratamentos.
3. Redução da Necessidade de Exames Adicionais A capacidade de obter uma visão panorâmica reduz a necessidade de realizar múltiplos exames radiográficos convencionais, economizando tempo e recursos tanto para os pacientes quanto para a clínica.
4. Melhoria na Experiência do Paciente Com o RX PANORÂMICO, os pacientes podem passar por exames rápidos e menos desconfortáveis. A redução do número de exames e a obtenção de resultados mais rápidos e claros melhoram a experiência geral do paciente.
5. Aumento da Eficiência Operacional A aquisição de um RX PANORÂMICO reduz a dependência de centros de radiologia externos, o que pode agilizar o fluxo de trabalho e o atendimento. Isso também diminui o tempo de espera para resultados e permite uma resposta mais rápida às necessidades dos pacientes.
6. Educação e Comunicação As imagens panorâmicas são úteis para a educação dos pacientes, permitindo que eles visualizem claramente as condições dentárias e compreendam melhor os diagnósticos e planos de tratamento. Isso pode aumentar a adesão dos pacientes ao tratamento proposto.
7. Apoio ao Desenvolvimento Profissional A introdução de tecnologia avançada como o RX PANORÂMICO pode ser um incentivo para a atualização profissional dos dentistas e equipes de saúde bucal, promovendo uma prática mais moderna e alinhada com os avanços tecnológicos na odontologia.
8. Fortalecimento da Estrutura da Unidade de Saúde A modernização com a aquisição de equipamentos avançados demonstra um compromisso com a qualidade e a inovação, reforçando a reputação da unidade de saúde e atraindo mais pacientes em busca de serviços odontológicos de alta qualidade.
9. Apoio à Saúde Pública Ao melhorar a qualidade do atendimento odontológico e otimizar o diagnóstico e tratamento precoce de condições dentárias, o RX PANORÂMICO contribui para a saúde pública geral, prevenindo complicações e promovendo um cuidado dental mais eficaz. A adesão ao incentivo financeiro para a aquisição de um RX PANORÂMICO representa um avanço significativo na capacidade de fornecer serviços odontológicos de qualidade e na eficiência operacional da unidade de saúde.

#### **Impacto Esperado:**

1. Melhoria na Qualidade do Diagnóstico A capacidade de obter imagens radiográficas panorâmicas de alta resolução permitirá diagnósticos mais precisos e completos. Isso resultará na identificação precoce de problemas dentários e ósseos, possibilitando intervenções mais eficazes e prevenindo complicações futuras.
2. Otimização do Planejamento de Tratamentos Com uma visão abrangente das estruturas dentárias e ósseas, o planejamento de tratamentos, como implantes dentários e ortodontia, será mais eficiente e preciso. Isso poderá reduzir o número de ajustes e revisões nos planos de tratamento, resultando em uma execução mais suave e eficaz dos procedimentos.
3. Redução do Tempo de Espera e Necessidade de Encaminhamentos A realização de exames radiográficos panorâmicos in-house reduzirá a necessidade de encaminhamentos para centros externos, diminuindo o tempo de espera para resultados e agilizando o processo de diagnóstico e tratamento.
4. Aumento da Capacidade de Atendimento A introdução do RX PANORÂMICO permitirá realizar exames complexos mais rapidamente, aumentando a capacidade de atendimento da clínica. Isso pode levar a uma redução nas filas de espera e a um atendimento mais eficiente para um maior número de pacientes.
5. Melhora na Experiência do Paciente Os pacientes se beneficiarão de um processo mais ágil e menos desconfortável, com menos necessidade de múltiplos exames e deslocamentos para obter diagnósticos. A visualização clara dos resultados também facilita a comunicação entre o dentista e o paciente, promovendo um entendimento mais profundo das condições e tratamentos.
6. Aumento da Eficiência Operacional Com a capacidade de realizar exames panorâmicos internamente, a clínica ou unidade de saúde verá uma redução nos custos associados à externalização desses exames, como transporte e taxas de serviços externos. Além disso, a integração do RX PANORÂMICO no fluxo de trabalho diário pode melhorar a eficiência geral das operações.
7. Promoção da Inovação e Atualização Tecnológica A introdução de tecnologia avançada como o RX PANORÂMICO demonstra o compromisso da clínica com a inovação e a atualização tecnológica. Isso pode fortalecer a reputação da unidade e atrair novos pacientes em busca de serviços modernos e eficazes.
8. Desenvolvimento da Equipe Profissional A adoção de novas tecnologias requer treinamento e atualização contínua da equipe de saúde bucal. Isso proporciona oportunidades de desenvolvimento profissional e pode melhorar as habilidades e conhecimentos da equipe, resultando em um atendimento mais qualificado e especializado.
9. Impacto Positivo na Saúde Pública Com a melhoria na qualidade do diagnóstico e no tratamento de condições dentárias, há um impacto positivo na saúde pública geral. A capacidade de detectar e tratar problemas precocemente contribui para a prevenção de doenças mais graves e para a promoção da saúde bucal na comunidade.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



10. Fortalecimento da Imagem da Clínica Investir em tecnologia avançada como o RX PANORÂMICO reforça a imagem da clínica ou unidade de saúde como uma instituição que prioriza a qualidade do atendimento e a inovação. Isso pode aumentar a confiança dos pacientes e melhorar a reputação da clínica no mercado. Em resumo, a aquisição do RX PANORÂMICO terá um impacto abrangente e positivo, melhorando a qualidade do atendimento, aumentando a eficiência operacional e fortalecendo a posição da clínica ou unidade de saúde na prestação de cuidados odontológicos.

**Conclusão:** A adesão ao incentivo financeiro federal para a aquisição de um RX PANORÂMICO representa um avanço significativo para a melhoria dos serviços odontológicos oferecidos pela clínica ou unidade de saúde. Com a introdução deste equipamento, espera-se alcançar um impacto positivo em várias dimensões da prática odontológica, desde a precisão no diagnóstico até a eficiência operacional e a satisfação dos pacientes. Trazendo grandes melhorias na qualidade dos atendimentos, assertividade de diagnóstico, finalização do trabalho com maior assertividade, apoiando na parte de cirurgias, detecção de lesões ósseas, etc. A capacidade de realizar exames radiográficos panorâmicos in-house permitirá diagnósticos mais precisos e abrangentes, facilitando um planejamento de tratamento mais eficaz e a execução de procedimentos com maior eficiência. A redução da necessidade de exames externos e o aumento da capacidade de atendimento contribuirão para a otimização dos recursos e a melhoria da experiência do paciente, além de reduzir o tempo de espera e os custos associados. Além disso, a implementação do RX PANORÂMICO proporcionará uma oportunidade valiosa para o desenvolvimento profissional da equipe, promovendo a atualização tecnológica e fortalecendo a imagem da clínica como uma instituição de referência em inovação e qualidade no atendimento odontológico. Em última análise, a aquisição deste equipamento é um passo crucial para atender à crescente demanda por serviços especializados e para garantir que os pacientes recebam cuidados de alta qualidade. O investimento proposto contribuirá para a promoção da saúde bucal e para a construção de um ambiente mais eficiente e moderno, refletindo um compromisso sólido com a excelência no atendimento odontológico. Portanto, a adesão a este incentivo financeiro é não apenas uma necessidade estratégica, mas também um reflexo do compromisso contínuo com a melhoria e a inovação no campo da odontologia.

**Destinatário do Serviço:**

População Beneficiada Serão beneficiados 80.588 habitantes conforme levantamento populacional realizado pelo IBGE 2022, População e Domicílios do Censo Demográfico 2022 - (atualizado em 22/12/2023); compreendendo: - LARANJEIRAS DO SUL - 32.227 habitantes; - MARQUINHO - 4.504 habitantes; - NOVA LARANJEIRAS - 12.074 habitantes; - PORTO BARREIRO - 3.110 habitantes; - RIO BONITO DO IGUAÇU - 13.929 habitantes; - VIRMOND - 3.811 habitantes; - CANTAGALO - 10.933

**Capacidade Instalada:**

**Estrutura do CEO** - Centro de Especialidades Odontológicas - Utiliza 10 salas no total, sendo três (03) consultórios, administração, sala de raios-X, sala de expurgo, sala para autoclave, almoxarifado, 2 salas de recepção dos pacientes, tendo disponíveis ao todo 2 banheiros.

**Equipe CEO - Centro de Especialidades Odontológicas:** 01 Diretor Técnico de Saúde (enfermeiro), 01 oficial administrativo; 04 estagiários, 01 auxiliar odontológico.

**Serviços médicos Terceirizados:** Os serviços odontológicos especializados são credenciados via empresas especializadas que realizam procedimentos no CEO tipo I, compreendendo 05 profissionais das especialidades: Endodontia, Periodontia, Cirurgia Oral e Pacientes com Necessidades Especiais, totalizando uma média de 630 procedimentos realizados por mês, considerando a média dos últimos 3 meses:

Estabelecimento de metas a serem atingidas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente (Item III - Art. 681)	Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas (Item X - Art. 681)	Quantidade	
<ol style="list-style-type: none"><li>Com a aquisição de um aparelho RX PANORAMICO irá aumentar o número de atendimentos destinados a população, sem a necessidade de encaminhamentos a outros serviços.</li><li>proporcionar maior qualidade e agilidade na promoção da saúde bucal aos usuários do serviço neste consórcio, com qualidade, precisão e eficiência, garantindo às necessidades clínicas e de diagnóstico. abrangendo a qualidade da imagem, a facilidade de uso, a confiabilidade e a conformidade com os padrões de segurança e regulamentação.</li></ol>	Através do sistema IDS e guias SUS	Serão beneficiados 81.864 habitantes conforme levantamento populacional realizado pelo IBGE 2024, População e Domicílios do Censo Demográfico 2024: - LARANJEIRAS DO SUL - 33103 habitantes; - MARQUINHO - 4.521 habitantes; - NOVA LARANJEIRAS - 12.287 habitantes; - PORTO BARREIRO - 3.078 habitantes; - RIO BONITO DO IGUAÇU - 14.234 habitantes; - VIRMOND - 3.842 habitantes; - CANTAGALO - 10.799	
Detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada (Item IV - Art. 681)	Data Início	Data Final	Valor Previsto
1. Abertura do edital de licitação para a aquisição dos equipamentos para adequação dos ambientes de assistência odontológica especializada;	OUT/24	OUT/24	R\$ 162.200,00
2. Homologação dos da licitação;	OUT/24	OUT/24	
3. Contratação das empresas para fornecimento;	NOV/24	NOV/24	
4. Entrega dos Equipamentos e instalação;	NOV/24	NOV/24	
5. Pagamentos referentes aos equipamentos entregues;	DEZ/24	DEZ/24	



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas (Item IX – Art. 681)  
Os atendimentos serão aos pacientes dos municípios consorciados, divididos de forma per-capita, onde os atendimentos serão agendados via sistema IDS para o acompanhamento contínuo do progresso e a implementação de ajustes ou correções, caso necessário, e o alcance das entregas ou resultados desejados.

Comprovação do exercício pleno dos poderes referentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida por cartório competente, sempre que o objeto do convênio seja a execução de obras ou benfeitorias em imóvel (Item XII – Art. 681)

#### IMÓVEL LOCADO - N/A

Razões que justifiquem a celebração do convênio (Item II – Art. 681)

A celebração deste convênio é justificada pela necessidade da aquisição de um equipamento RX Panorâmico para a ampliação e modernização dos serviços de diagnóstico por imagem nos sete municípios Consorciados. Esse equipamento é fundamental para o diagnóstico e acompanhamento de diversas condições odontológicas e maxilofaciais, permitirá realizar exames de alta qualidade para a detecção precoce de doenças bucais, deformidades ósseas e patologias que afetam a face e a mandíbula.

A aquisição do RX Panorâmico está totalmente alinhada com as diretrizes do Plano Estadual de Saúde, que prevê a expansão e modernização da rede de diagnóstico por imagem no estado. O Plano prioriza o fortalecimento das capacidades de diagnóstico e a ampliação da oferta de exames essenciais para a população, com o objetivo de garantir acesso à saúde de qualidade, especialmente em áreas menos favorecidas e em áreas de difícil acesso à saúde especializada.

Com a implementação desse equipamento, será possível ampliar o alcance da saúde preventiva e de diagnóstico, proporcionando à população local um acesso mais rápido e eficiente a exames de imagem essenciais para a detecção precoce de doenças bucais, como cáries extensas, infecções dentárias, e problemas ósseos da mandíbula e maxilares.

Além disso, o equipamento facilitará a integração dos serviços odontológicos com outras áreas da saúde, como a cirurgia bucomaxilofacial, garantindo diagnósticos mais rápidos e precisos, que são fundamentais para o planejamento de intervenções cirúrgicas e tratamentos adequados.

Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio (Item XIII – Art. 681)

O Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 afirma que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doenças".

A saúde, portanto, é um direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, religião, ideologia política e condição socioeconômica.

Entendemos que saúde e educação são as duas principais políticas públicas do país. São elas que podem produzir um mínimo de igualdade num país tão desigual. Prover saúde pública de qualidade significa garantir e respeitar a dignidade de cada cidadão que integra e constrói a sociedade brasileira.

Por meio deste entendimento e conhecendo a situação econômica social de nossa região que engloba sete municípios do Estado do Paraná, com baixo IDH, com a maioria da população residente na zona rural e que tem dificuldade de locomoção devido a longas distâncias a serem percorridas, com enfermidade específica ou um problema de saúde em comum de pacientes que se enquadram nos programas de saúde públicas instituídas pelas três esferas de governo.



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



**ANEXO III – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A COMPATIBILIDADE DOS CUSTOS  
COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, DEVENDO EXISTIR ELEMENTOS  
INDICATIVOS DA MENSURAÇÃO DESSES CUSTOS – Planilha de Orçamento  
(Itens V e XI – Art. 681)**

Discriminação	Quantidade	Custo Unitário	Total
<b>DESPESAS CORRENTES:</b>			
	00,00	00,00	00,00
Soma Despesas Correntes R\$	00,00	00,00	00,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL:</b>			
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Registra o valor das despesas com aquisição de aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar, compreendendo: -01 Aparelho RX PANORÂMICO -Obs.: para a demanda existente hoje no consórcio, este aparelho/equipamento supre as necessidades com desempenho e qualidade satisfatórios.	01	R\$ 162.200,00	R\$ 162.200,00
Soma Despesas de Capital R\$		R\$ 162.200,00	R\$ 162.200,00
<b>VALOR TOTAL (Correntes e Capital)</b>		<b>R\$ 162.200,00</b>	<b>R\$ 162.200,00</b>

**ANEXO IV - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (Item VI – Art. 681)**

Repasso do Concedente					
1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela	6ª parcela
R\$ 162.200,00					
7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela

Comprovação de que a contrapartida, quando prevista, está devidamente assegurada (Item VII – Art. 681) - Declaração					
1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela	6ª parcela
7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



## ANEXO V – DECLARAÇÃO DO TOMADOR

Na qualidade de representante legal do proponente **DECLARO**, para fins de prova junto a Secretaria de Estado da Saúde, para efeitos e sob penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/ Estadual, ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento,

Em 11 de novembro de 2024

NEIMAR  
GRANOSKI:7778263190  
Assinado de forma digital por  
NEIMAR GRANOSKI:77782631904  
Dados: 2024.11.28 09:24:40  
4 NEIMAR GRANOSKI-777.826.319-04  
Nome e Assinatura Qualificada do Proponente

MIRIAM  
BRUSTOLIN:06611404902  
Assinado de forma digital por  
MIRIAM BRUSTOLIN:06611404902  
Dados: 2024.11.28 09:49:23 -03'00'  
MIRIAM BRUSTOLIN-066.114.049-02/CRC-PR-067212/O-1  
Nome e Assinatura Qualificada do Contador  
Para Entidades  
Filantrópicas e de Utilidade Pública

## ANEXO VI – APROVAÇÃO

**APROVO** o Plano de Trabalho.

Curitiba, 27/11/2024

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto  
(Beto Preto)  
SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE



# ASSISCOP

Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná

CNPJ N.º 02.322.413/0001-18  
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188  
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.



ePROTOCOLO



Documento: **PlanodeTrabalhoNOVO\_RXPANORAMICOassinado.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Miriam Brustolin** em 28/11/2024 14:44, **Neimar Granoski** em 28/11/2024 14:47, **Carlos Alberto Gebrim Preto** em 02/12/2024 12:36.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Miriam Brustolin** em 28/11/2024 09:49, **Neimar Granoski** em 28/11/2024 09:24.

Inserido ao protocolo **22.035.178-5** por: **Mauricio Jose Toledo** em: 28/11/2024 14:37.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**57c1b3de14fc50e76ddd1f2d3e313b88**.